

# Apresentação

## I — Artigos

### 4ª Semana Teológica da Faculdade de Teologia

Dos dias 26 a 30 de outubro de 1992 realizou-se nas dependências da Escola Superior de Teologia (EST) a 4ª Semana Teológica, organizada pela Faculdade de Teologia. O tema escolhido pelos corpos discente e docente contemplou a “*relação entre judeus e cristãos*”. Dentre as várias palestras apresentadas, a revista *Estudos Teológicos* selecionou sete para divulgação no primeiro número deste ano. Os assuntos abordados são os seguintes:

*Nelson Kilpp*: “A Torá e os Judeus. Em Busca de um Diálogo Hermenêutico”. O artigo procura abordar alguns aspectos da interpretação judaica da Bíblia Hebraica, em especial na época da formação da lei oral. Não visa a discussão de assuntos polêmicos, mas busca entender e valorizar o judaísmo como um possível parceiro de diálogo na exegese latino-americana.

*Cláudio Molz*: “Conversa com Judeus”. O autor é de opinião que a separação entre judeus e cristãos prejudica a teologia. Os motivos que geraram essa separação deveriam ser superados. O judeu-cristianismo foi receptivo para a entrada de pagãos na Igreja cristã. Esta, porém, depois de chegar ao poder, reduziu os judeus a pagãos. É possível que um judeu tenha que deixar de ser judeu, se quiser abraçar o credo cristão?

*Renatus Porath*: “Profetas, Interlocutores Indispensáveis Neste ‘Fim da História’”. Profetas ajudaram a gestar o conceito de história enquanto processo que caminha para um alvo. Essa concepção marcou séculos de nossa história com conseqüências desastrosas para povos e culturas inteiras. Críticos chegam a sentenciar: a história chegou ao seu fim! Será que a mensagem profética — herança comum de judeus e cristãos — não foi mutilada? O autor convida a redescobrir essas vozes inquietantes que punham a história em movimento. Como exigente parceiro de diálogo apresenta Habacuque (600 a.C.), com seu lamento e a palavra que fez chegar a seus contemporâneos em nome de Yahweh.

*Nelio Schneider*: “‘Não És Tu que Sustentas a Raiz, mas a Raiz a Ti’. A Relação entre Cristãos e Judeus em Romanos 9-11”. Através da interpretação do texto paulino de Rm 9-11 o autor propõe que se busque, dentro da comunidade cristã, uma postura mais dialogal com o parceiro judaico, o qual está igualmente sob a aliança com Deus. Critica, assim, a postura anti-semita do nosso cotidiano e os modelos teológicos que cimentam uma relação discriminatória com pessoas judaicas.

*Friedrich E. Dobberahn*: “‘Sagrado É o que Mancha as Mãos’. Sobre a Contextualização da Liturgia Luterana nas CPD”. Em seu artigo o au-

tor — professor de Antigo Testamento na EST — apresenta, com base na liturgia eucarística, algumas das inovações litúrgicas propostas pelo novo Prontuário Litúrgico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), intitulado *Celebrações do Povo de Deus* (= CPD). A análise das fontes literárias assimiladas pelas CPD (*Didaqué e Tradição Apostólica* de Hipólito) destaca em dez teses a grande validade de tradições judaicas para uma contextualização da nossa liturgia na América Latina.

*Ricardo W. Rieth*: “André Osiander e o ‘Infanticídio em Pösing’: Alternativa no Mundo Anti-Semita da Reforma?” A Idade Média apresenta um triste saldo no que se refere à relação entre judeus e cristãos. Tomando por base um episódio na vida do reformador André Osiander, Ricardo W. Rieth tenta descrever o mundo anti-semita de então para que se possa, a partir daí, melhor ouvir “a voz que clama no deserto”.

*Walter Altmann*: “Lutero — Defensor dos Judeus ou Anti-Semita?” Na contribuição de Altmann trata-se do que o autor denomina de “exercícios a partir de textos de Lutero”, alguns muito favoráveis a uma relação positiva com os judeus, outros fortemente carregados de sentimentos e conclamações antijudaicas. Lembrando as atrocidades cometidas contra os judeus no nacionalsocialismo e numa época em que recrudescem ações anti-semitas, como a atual, sem dúvida é preciso encarar essa herança com objetividade e franqueza, mas, sobretudo, sem vacilações quanto à necessidade teológica de um relacionamento penitente e solidário com os judeus enquanto povo eleito de Deus. É o que faz Altmann.

Além desses estudos apresentados por ocasião da 4ª Semana Teológica, a revista publica ainda dois outros trabalhos, com características próprias:

### **Lutero e Protestantismo**

*Roberto E. Zwetsch*: “Lutero e o Movimento da Reforma”. Neste artigo o autor procura rever a figura do reformador Lutero e sua contribuição original para a Igreja cristã a partir de uma leitura de caráter ecumênico que possa aprofundar a nossa percepção latino-americana do movimento da Reforma. O ensaio relê a trajetória de Lutero sob dois enfoques: de um lado a participação decisiva do reformador no programa da Reforma, se assim se pode dizer. De outro, a importância do amplo e maciço movimento popular, sem o qual a Reforma não teria tido sucesso. Neste sentido mostra que foi o movimento que carregou a proposta de Lutero. Sua originalidade ganhou realce na medida da própria expansão do movimento e da formulação da teologia reformada.

### **Igreja e Fé**

*Egbert Ossewaarde*: “Será Possível uma Fé Pós-Moderna?” O autor, teólogo e especializado em línguas antigas, defende em sua argumentação,

extensa e marcada pelo tom pessoal, a tese de que desde a “Reforma” a fé — no sentido próprio da palavra — não é mais fé cristã, e sim a fé do ser humano moderno no seu próprio futuro.

## II — Novos Professores

A partir do primeiro semestre de 1993 a EST registra com satisfação a chegada de três novos docentes de Teologia, a saber: Albérico Baeske, Osmar Luiz Witt e Roberto Ervino Zwetsch.

*Albérico Baeske* chegou em companhia de sua esposa Sibyla e do filho Rafael (15). O outro filho, Tobias (19), permaneceu, por ora, em Mato Grosso devido ao estudo que realiza na Universidade. Durante os últimos anos trabalharam na Paróquia Evangélica Luterana de Cuiabá/MT. Na EST, desde o início deste semestre, Albérico integra o Departamento Histórico-Sistemático na área de Dogmática e Ética. Deseja ajudar estudantes a se tornarem pastores/as alegres e destemidos/as, convictos/as e convincentes, abertos/as para desafios na sua fé e vida. Deseja que, na medida em que estão sendo introduzidos/as na visão e vivência evangélicas luteranas da verdade cristã, possam, através da IECLB, descobri-las como esteio e indicador na luta pelo reino de Deus.

*Osmar Luiz Witt*, nascido a 14.08.60 em Caxias do Sul, RS, foi pastor na Paróquia Evangélica Luterana Guarani, Linha 15 de Novembro, Giruá/RS, de 1984 a 1987. De 1988 a 1990 escreveu em São Leopoldo sua tese de mestrado, intitulada “Igreja na Migração e Colonização. A Pregação Itinerante no Sínodo Riograndense”. Durante os dois anos subseqüentes foi assessor teológico na 3ª Região Eclesiástica da IECLB, com sede em Panambi/RS. Sua esposa, Maria Dirlane, é formada pelo Instituto de Educação Cristã. O casal tem duas filhas, Julia Rovená (7) e Suzana Cristina (2). Osmar assume uma das cadeiras de História Eclesiástica na EST. Seu maior interesse está relacionado com a história da própria Igreja, IECLB, no sentido de recuperar sua memória: Osmar procura entender as comunidades, sua forma de ser e atuar, a partir da própria história que viveram.

*Roberto Ervino Zwetsch*, casado com Lori Altmann, pai de Pamalomid (14), Maurirá (8) e Daniel (3), dedicou boa parte do seu pastorado ao trabalho missionário junto a comunidades indígenas, em Rondônia e no Acre. De 1980 a 1987, Roberto e Lori trabalharam com o povo Kulina, do alto Purus (AC), desenvolvendo a pastoral de convivência, sobre a qual escreveram diversos artigos publicados em vários periódicos da IECLB e fora dela. Ultimamente, Roberto realizou estudos de pós-graduação em Missiologia, na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, onde se graduou com o grau de mestre, escrevendo uma dissertação em que trata das trajetórias missionárias luteranas diante do desafio das comunidades indígenas. Em suas atividades na EST, Roberto pretende desenvolver uma concepção latino-americana de missão, que parta das práticas

concretas das comunidades cristãs, bem como dos clamores e angústias dos mais diferentes grupos, povos e comunidades. Entende que a teologia da cruz evangélico-luterana pode constituir uma contribuição valiosa para o enraizamento e o avanço da tarefa missionária em nossa Igreja e no próprio movimento ecumênico.

### III — Teses Defendidas em 1991/92/93

Pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG) foram apresentadas e defendidas as seguintes teses de 1991 a 1993:

*Hans A. Trein*: “Leitura Popular da Bíblia entre o Horizonte da Igreja e a Consciência de Classe” (orientadores: Uwe Wegner e Danilo R. Streck).

*Leonídio Gaede*: “Sem-Terra: a Praga de Faraó” (orientadores: Lothar C. Hoch e Nelson Kilpp).

*Gerson J. Fischer*: “A Organização da Vida e Missão das Comunidades Cristãs. Uma Análise Voltada para a Atualidade do Significado do Sacerdócio Universal dos Crentes em Martin Lutero” (orientador: Walter Altmann).

*Pedro Correa M.*: “A Igreja Metodista e a Ditadura Militar no Chile” (orientador: Gerhard Tiel).

*Maria Mascarello*: “Investigação em torno da Fé Antropológica de Jesus de Nazaré. Contribuição ao Pensar Teológico Latino-Americano” (orientador: Walter Altmann).

*Silvio S. Tesche*: “Elementos de Prodigalidade ou Elementos de Dominação: as Vestes Paramentais na Reforma Luterana do Século XVI e na Reforma Prussiana do Século XIX” (orientador: Lothar C. Hoch).

*Osmar L. Witt*: “Igreja na Migração e Colonização. A Pregação Itinerante no Sínodo Riograndense” (orientador: Martin Dreher).

*Evaldo L. Pauly*: “Da Cidadania pela Metade à Dupla Cidadania” (orientador: Nelson Kirst).

### IV — Ganhou o Presidencialismo

O presidencialismo, vitorioso, foi defendido por inúmeras pessoas e recomendado com base numa série de argumentos, dentre os quais podem ser destacados:

— a saída do presidente Collor comprova que, quando o presidente é ruim, o povo pode destituí-lo;

— o sistema dá ao povo o direito de escolher diretamente o chefe de governo;

— o parlamentarismo pressupõe a existência de partidos consistentes, o que ainda não é o caso no Brasil;

— a classe política sofre desgaste, razão pela qual o povo não está a

fim de delegar a responsabilidade de eleger um primeiro ministro a deputados e senadores;

— no presidencialismo há possibilidades de viabilizar reformas e projetos com maior rapidez.

A IECLB, em carta aberta dirigida às suas comunidades no mês de março, recomendava, entre outras coisas:

Embora a Igreja, ao longo de sua história, tenha convivido com muitas formas e sistemas de Governo, entendemos que, do ponto de vista cristão, deva merecer preferência o modelo que assegure mais democracia e melhor controle do povo sobre quem governa. A Nação brasileira tem um direito à justiça, à participação na definição dos rumos políticos e ao respeito à dignidade da vida. É o critério a nortear a opção a tomar.

Para defensores/as do parlamentarismo há sérias razões para se duvidar que o presidencialismo real do Brasil possa ser enquadrado responsabilmente dentro de tais critérios. É notório o fato de importantes vozes contrárias a esse sistema serem de pessoas diretamente ligadas à prática do presidencialismo, como p. ex. alguns dos atuais ministros de Estado e o próprio presidente Itamar Franco. A suspeita que fica a partir daí é que o presidencialismo possa representar, estruturalmente, um mal que pessoas isoladas dificilmente terão condições de corrigir. Se isto fosse verdade, poderiam existir presidentes ruins e menos ruins, mas dificilmente bons, justamente pelo fato de o sistema, como um todo, apresentar males estruturais. Herbert de Souza, em artigo comparativo dos dois sistemas de governo publicado na revista *Políticas Governamentais* (v. IX, nº 87, p. 17-19), pode ser apresentado como um dos vários autores que compartilham da suspeita acima apresentada. Suas palavras críticas ao regime presidencialista, se corretas, poderiam nos ajudar numa melhor avaliação do sistema como um todo dentro dos próximos anos; se erradas, mereceriam uma correção embasada em argumentos sólidos e bem fundamentados. A avaliação do presidencialismo como mal ou bem estrutural naturalmente não pode comprometer nosso compromisso de trabalhar pelo bem-estar do povo; o que pode provocar é, isto sim, que as expectativas em relação à eficácia de planos e metas de redefinição nacional sofram mudanças. Seguem-se os 10 pontos críticos apresentados por Herbert de Souza, que achamos oportuno divulgar mais uma vez e que submetemos à avaliação pessoal dos leitores/as:

1. O poder real do Estado é o Executivo. É que gera fatos. Os outros poderes apenas participam, fiscalizam o Executivo.

2. O poder é personalizado (...) Quem toma posse não é um programa de governo ou um partido político, mas uma pessoa que passa a governar 150 milhões (...) No poder manda o presidente. O programa obedece.

3. (...) Como se espera do presidente que ele resolva tudo, tudo também lhe é permitido no imaginário da Nação (...).

4. Quando se elege, o presidente da República tem cerca de 64 mil cargos de confiança para preencher (...) É o senhor da burocracia e ela, por isso mesmo, se curva ou se quebra. No presidencialismo, a burocracia é instável

porque deriva diretamente do presidente e de todos os jogos de poder que se estabelecem ao seu redor. A burocracia é parte do presidente e não do Estado. É uma burocracia presidencial e não pública.

5. O presidencialismo favorece a formação rígida de blocos, de maioria e de minoria (...).

6. Os partidos giram em torno do poder e não da sociedade. No presidencialismo, os partidos constroem suas casas no poder do Estado e só visitam a sociedade quando chega a época das eleições (...) O presidencialismo favorece a estatização dos partidos e seu divórcio da sociedade.

7. No presidencialismo, a participação no poder do Estado é um privilégio das chamadas elites e dos grandes grupos de interesse. Para se influenciar o sistema é preciso (...) ter terno e gravata (...).

8. O presidencialismo é defendido em nome da eficácia. Se pensa, se imagina que quando o presidente decide, tudo pode ocorrer de forma rápida, que num país como o nosso já se esperou demais para as coisas ocorrerem. Na verdade, o presidencialismo pode ser rápido, mas de modo geral, além disso, é fatal para os interesses da maioria e para o funcionamento da democracia. A eficácia do presidente, no nosso caso, nunca favoreceu a maioria, mas a quem o sustenta no poder.

9. Se levarmos em conta os princípios que constituem a democracia, liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade, pode-se dizer que o presidencialismo não favorece o exercício desses princípios, mas gera obstáculos permanentes ao seu desenvolvimento. Frustra-os. O presidencialismo não casa bem, de forma estável e duradoura, com a democracia.

10. A lei geral do presidencialismo é que quanto mais o presidente se afirmar, menos a cidadania vai existir. A presença de um é a ausência da outra. E não adianta querer agora, ao apagar das luzes, dizer que no Brasil o presidencialismo é um sistema de governo e não o governo de uma pessoa. Essa foi a história. Essa é a cultura. Aqui, presidencialismo tem o nome de uma pessoa, o presidente. Não é um sistema, mas um RG.

## V — Teologia e Justiça

Paulo César Farias e o ex-presidente Fernando Collor continuam às soltas por aí. Dia 28 de abril finalmente o Superior Tribunal Federal acatou a denúncia do procurador-geral da República, abrindo processo contra Collor, PC Farias e mais sete acusados de envolvimento no esquema PC. Toda essa morosidade — o processo pode durar anos — contribui em muito para que mais uma vez também o Poder Judiciário tenha seu grau de credibilidade abalado. Tem-se a nítida impressão de que, no Brasil, há dois pesos e duas medidas na justiça: para pessoas influentes e ricas há outras regras do que para pessoas humildes e sem recursos. Neste ponto a justiça de Deus pode servir de corretivo e crítica: ao contrário da justiça humana, ela é igual para “judeus e gentios”, é imparcial e revela a culpa de ambos os lados: Rm 1-3.

O redator